



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA

DO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2023

Presidente

Maria Eugénia Pimentel Leal

Deputados

Maria Margarida Sousa Arruda Pinheiro

Armando dos Santos Rodrigues

Hélder Herculano Pimentel Medeiros

Iracema de Jesus Pinheiro Sousa

António José de Braga Sousa

Iola Maria dos Santos Pacheco Silva

Mariana Ferreira Salema

Pedro Miguel Peres da Costa Pereira

Rúben Miguel Correia Rego

Cláudio Manuel Pacheco Medeiros

Bruno Gonçalo da Ponte Paiva

Amélia de Jesus da Paz Pacheco de Sousa

Maria Rita Cabral Rodrigues

Emanuel Frias Santos

Sara Maria Couto Botelho

Rui Néelson Furtado Amaral

Alexandre Custódio Batista Câmara de Amaral

Arménio Maurino Correia Jardim

Nuno Alexandre Teixeira Sociedade

Luís Filipe Marques Soares Gomes

Teresina de Fátima Graça Carreiro Teixeira

Flávio Miguel da Ponte Pacheco

Alexandre Alberto Andrade Duarte

Rui Simas Santos

Secretários

Bruno Miguel Arruda Machado

Maria Helena de Rodrigues e Ponte



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA

DO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2023

ÍNDICE

REGISTO DE PRESENÇAS

APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E INFORMAÇÕES

PERÍODO ABERTO À INTERVENÇÃO DOS DEPUTADOS

PERÍODO ABERTO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO UM – I. N.º 7155/2023 – INFORMAÇÃO – ATIVIDADE MUNICIPAL (CAMARÁRIA) E RELATÓRIO FINANCEIRO

PONTO DOIS – E. N.º 7445/2023 – INFORMAÇÃO – XXVI CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES: CONVOCATÓRIA

PONTO TRÊS – I. N.º 9332/2023 – PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E ACORDOS DE EXECUÇÃO 2023 – JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO PEDRO

PONTO QUATRO – I. N.º 6909/2023 – INFORMAÇÃO – RELATÓRIO N.º 02/2023 – FS/SRATC – AUDITORIA À REFORMA DO SETOR EMPRESARIAL E DAS PARTICIPAÇÕES LOCAIS DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

PONTO CINCO – I. N.º 9697/2023 – PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO – NOMEAÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS GRUPOS MUNICIPAIS, COM ASSENTO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO



PONTO SEIS – I. N.º 9347/2023 – PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA FAVORÁVEL À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS (PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA C) DO N.1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO) – CONCURSO PÚBLICO – EMPREITADA DE “RECUPERAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE MORADIA A DOIS FOGOS – RUA CARREIRA MEIO MOIO, N.º 16 – PONTA GARÇA – VILA FRANCA DO CAMPO”

PONTO SETE – I. N.º 8071/2023 – INFORMAÇÃO – RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO TRIMESTRAL DO PROGRAMA DE AJUSTAMENTO DO MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DO CAMPO 2.º TRIMESTRE 2023 E ACUMULADO



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA

DO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2023

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, nesta Vila e no auditório da Junta de Freguesia de Ponta Garça reuniu, em sessão ordinária pública, a Assembleia Municipal, sob a Presidência da senhora Maria Eugénia Pimentel Leal, secretariada pelo senhor Bruno Miguel Arruda Machado e pela senhora Maria Helena de Rodrigues e Ponte, na qualidade de primeiro e de segunda-secretária da Mesa da Assembleia, respetivamente. -----
A senhora presidente declarou aberta a sessão eram vinte horas. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

- Registo de presenças

Foram conferidas as presenças de todos os elementos constituintes daquele órgão, verificando-se a presença dos mesmos, à exceção das deputadas Maria da Conceição Frias Santos e Liliana Maria Martins Dias, ausentes por motivo justificado. Foram as mesmas substituídas por Rúben Miguel Correia Rego e Iracema de Jesus Pinheiro Sousa, respetivamente. -----

Assistiram à reunião o presidente da Câmara Municipal, Ricardo Manuel Amaral Rodrigues, a vice-presidente da Câmara Municipal, Graça de Fátima Bolarinho Ventura Melo, os vereadores municipais Carlos Manuel Melo Pimentel, Conceição de Jesus Pinheiro Botelho Quental, Pedro Miguel de Guilherme Pacheco Costa, Eunice Maria Pinheiro Sousa e Emanuel Sousa Medeiros -----

- Aprovação da ata anterior

Colocada à votação a ata da sessão anterior, foi aprovada por maioria (com 1 abstenção do PS e 1 abstenção do PSD). -----

- Correspondência recebida e informações

A Presidente da Assembleia Municipal informou que a Comissão Permanente se tinha reunido no sentido de preparar a reunião extraordinária, prevista para o mês de outubro seguinte, sobre o debate do Estado do Município e que em 2023 terá como tema o "Desporto". -----
Prosseguiu informando que estavam concluídas as votações nas escolas para a nomeação do Prémio Literário da Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo, sendo que os nomeados ao



prémio foram os senhores Armando Côrtes-Rodrigues, Eduíno Terra Vargas, Padre António Cassiano, Maria Leonor Bicudo e João Jacinto Júnior. Mais disse que o vencedor da votação foi o senhor Armando Côrtes-Rodrigues, pelo que o Prémio Literário se chamaria “*Prémio Literário Armando Côrtes-Rodrigues*”. Recordou que Armando Côrtes-Rodrigues foi escritor, poeta, cronista, dramaturgo e um dos mais importantes etnólogos dos Açores. Foi considerado um dos maiores intelectuais açorianos do século XX ao deixar uma obra marcante na cultura dos Açores, tendo ficado assinalado em Vila Franca do Campo, recentemente, na escola-sede do concelho com o seu nome. Estudou Filologia Românica na Faculdade de Letras de Lisboa, tendo conhecido Fernando Pessoa e, com ele, feito parte do grupo Orpheu. Regressou aos Açores em 1917 para ser professor, continuando a escrever e a corresponder-se com Fernando Pessoa e adotando o pseudónimo Violante de Cisneiros. Dedicou-se à recolha de literatura oral e popular açoriana e foi, também, ativista cultural e um dos fundadores do Instituto Cultural de Ponta Delgada, onde dirigiu a Revista Insulana. Nasceu em Vila Franca do Campo no dia 28 de fevereiro de 1891. -----

- Período aberto à intervenção dos deputados

A deputada municipal Sara Botelho apresentou o seguinte voto de louvor: -----

Voto de Louvor à atleta Maria Vicente

“A bancada municipal do PSD vem propor um Voto de Louvor à atleta vila-franquense Maria Vicente que, em representação da seleção portuguesa, conquistou 2 medalhas de ouro e 5 de prata no Campeonato da Europa para pessoas com Síndrome de Down, tornando-se campeã europeia destas modalidades. Esta competição decorreu de 3 a 10 de setembro na cidade de Pádua, em Itália, Capital Europeia do Desporto em 2023. -----

É do nosso entendimento que as suas conquistas são um orgulho para o nosso concelho e que o promovem, tanto a nível, como internacional, assim como representam um exemplo de esforço, dedicação e persistência, indispensáveis à conquista de quaisquer objetivos e sonhos. -----

Para a Maria Vicente, família e demais envolvidos, os maiores parabéns e o nosso muito obrigado”. - Colocado à votação o voto de louvor, foi aprovado por unanimidade. -----

A deputada municipal Amélia Sousa apresentou o seguinte voto de congratulação: -----

“É com enorme satisfação que os deputados municipais do Partido Social Democrata congratulam o XIII Governo e a Vice-Presidência do Governo Regional em particular pela adjudicação da empreitada de construção do empreendimento habitacional multifamiliar dos Foros, em Vila Franca do Campo. -----

Com prazo de execução previsto de 540 dias, este investimento será financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), permitindo disponibilizar 23 novos fogos habitacionais a Vila Franca do Campo. -----



Mas é preciso recordar os longos anos de inoperância que incidiram sobre este empreendimento à entrada de Vila Franca do Campo. -----

Foram públicos os anúncios sem consequência dos vários governos que antecederam a atual legislatura. Recordamos um em particular: o de julho de 2020. -----

Nas vésperas das eleições regionais desse ano, a então Secretária Regional da Solidariedade Social anunciou a compra do empreendimento e o início da obra em agosto. Uma compra que só se concretizou quando o atual Governo dos Açores assumiu funções e concluiu que a locação financeira contratualizada não garantia os melhores interesses da Região e avançou para a aquisição antecipada, junto do Banco BPI, S.A. pelo valor de um milhão e sessenta e um mil euros em janeiro de 2022. -----

Tarde é o que nunca chega. E o anúncio da adjudicação desta empreitada, de sobeja importância para Vila Franca do Campo, que tantas promessas sem concretizações inspirou ao longo de muitos anos, chegou em 2023, nem três anos depois do início de funções deste elenco governativo. -----

O resultado da votação deste voto deverá ser dado a conhecer ao Presidente do Governo Regional, José Manuel Boleiro, e ao Vice-presidente do Governo Regional, Artur Lima". -----

O Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra que lhe foi conferido, referiu que se associava ao voto de congratulação apresentado, considerando ser bom que o Governo Regional levasse a efeito as obras para a remodelação e finalização da obra dos Foros, na freguesia de São Pedro, sendo uma obra importante para o concelho, lamentando que apenas acontecesse três anos após a tomada de posse do atual governo. Prosseguiu dizendo que a inscrição da verba para a realização da obra dos referidos apartamentos foi da autoria do Partido Socialista, que o PRR em vigor era da autoria do Partido Socialista, sendo que o governo atual do PSD não tinha feito nenhuma alteração ao PRR. Mais disse ter sido ele próprio que solicitou, ao então governo do Partido Socialista, que inscrevesse aquela rubrica no PRR, ou seja, em anos anteriores, na vigência do outro governo, sabiam que a solução para encontrar a finalização da obra seria o PRR, tendo ficado inscritos os milhões de euros necessários para a conclusão da obra, como também de um loteamento na Ribeira das Tainhas. Prosseguiu dizendo que, a bem da verdade, já tinha congratulado e felicitado o Governo Regional, inclusive pessoalmente ao senhor Vice-Presidente do Governo Regional, pela obra que iriam executar, ou seja, por não terem retirado, do PRR, o dinheiro que estava destinado a Vila Franca do Campo e por terem continuado o compromisso do Partido Socialista de executar a referida obra. Referiu que o voto de congratulação era legítimo, assim como o esclarecimento referente à origem do dinheiro – PRR – criado pelo governo do Partido Socialista. Mais disse que o governo do PSD não alterou o PRR, mantendo os compromissos, ou seja, desde 2020 que o governo de coligação já sabia que dispunham da respetiva verba para executar a obra, sendo que demoraram três anos para decidir executá-la, considerando serem contingências da vida a que todos estavam habituados, recordando que, por vezes, gostariam de executar certas obras no período de um ano, mas que acabavam por necessitar de dois ou três. Realçou que se a deputada municipal Amélia Sousa não tivesse referenciado o passado, ele também não as teria feito, mas como o fez, achou ser necessário esclarecer a origem do dinheiro e quem o colocou no PRR para



que a obra pudesse ser executada, tendo sido o governo do Partido Socialista. -----
O deputado municipal Hélder Medeiros, no uso da palavra que lhe foi conferido, referiu que as verbas do PRR não existiam devido a nenhum partido político, mas devido a toda uma conjuntura difícil que a Europa viveu durante os últimos sete anos, e que alocou verbas para serem usadas independentemente do governo de cada país. Prosseguiu dizendo que as verbas do PRR não constituíam “nenhuma bandeira para nenhum partido” e teriam de ser geridas em função dos interesses dos cidadãos, independentemente do partido que estivesse a governar. Referiu que, em julho de 2020, a Secretária Regional da Solidariedade Social, em pré-eleições, anunciou que adquiriu, através de leasing, a propriedade dos Foros do Sol Mar, e que as obras se iniciariam no mês de agosto seguinte, sendo uma aberração considerando tudo o que envolve a contratação pública (contratação, planos, revisão do projeto, especialidades, entre outros), ou seja, não se tratava de decidir construir ou não, mas sim da existência de diversos procedimentos legais, o que demora o seu tempo. Referiu ter a certeza de que diversas obras anunciadas pelo presidente da câmara não foram executadas com a rapidez desejada, pelo que se se dissesse que o Governo Regional demorou três anos a decidir, também se poderia dizer o mesmo no que se referia a decisões da Câmara Municipal, por existirem prazos legais a cumprir. Terminou associando-se ao voto de congratulação e à declaração do presidente da câmara, excluindo as questões que esclareceu. -----

A presidente da Assembleia Municipal sugeriu que a votação do voto de congratulação incluísse os esclarecimentos dados pelo presidente da Câmara Municipal, assim como os do deputado municipal. -----

Colocada à votação o voto de congratulação, foi aprovado por maioria (com doze abstenções do PS). -----

A deputada municipal Sara Botelho apresentou o seguinte voto de congratulação: -----

“Os deputados municipais do PSD gostariam de propor um voto de congratulação às juntas de freguesia deste concelho, pela riqueza, diversidade e qualidade dos programas com que dinamizaram as suas semanas culturais. -----

Entre provas de atletismo, oficinas, palestras, noites temáticas, workshops e atividades recreativas para os mais novos e mais velhos, foi garantidamente com grande esforço a múltiplos níveis, em particular e financeiro e humano e dedicação profissional e pessoal, que estas juntas fizeram chegar às suas freguesias e às suas gentes, o enriquecimento do seu património cultural e social, num empenho coletivo que se viu recompensado por uma forte e alegre adesão popular. -----

Não nos esqueçamos da colaboração de diversos grupos e organizações, bem como de todos aqueles que, a título individual, se voluntariam para os preparativos e apoiam o desenrolar das festividades, numa demonstração de união e solidariedade com que expressam a identidade de um povo e de “ser freguesia”. Para todos vós, o nosso muito bem-haja!” -----

Colocado à votação o voto de congratulação, foi aprovado por unanimidade. -----

O deputado municipal Rui Amaral, no uso da palavra que lhe foi conferido, referiu ser uma honra



poder receber uma Assembleia Municipal descentralizada em Ponta Garça e poder sentir que o poder autárquico estava mais próximo dos cidadãos, sendo também uma forma de as pessoas entenderem o modo de funcionamento das instituições, agradecendo pela iniciativa. -----

A deputada municipal Teresina Teixeira, no uso da palavra que lhe foi conferida, requereu pontos de situação relativamente à repavimentação das ruas do Aldeamento do Ilhéu e à aquisição do veículo pesado de passageiros, considerando que já tinham decorrido diversas reuniões e estavam a abordar pouco as temáticas da mobilidade, ambiente e mobilidade sustentável. -----

O presidente da Câmara Municipal, relativamente ao repavimento do Aldeamento do Ilhéu, informou que pediram dois cadernos de encargos para duas pavimentações (Aldeamento do Ilhéu e Rua da Cruz em Água d'Alto) tendo lançado, posteriormente, o concurso público para as respetivas obras. Relativamente ao concurso para a repavimentação do Aldeamento do Ilhéu, referiu que ficou deserto por não ter tido concorrentes, sendo que reavaliariam financeiramente o valor da obra. Mais disse que, sendo o engenheiro responsável pelos dois cadernos de encargos, assumia que os critérios fossem os mesmos, sendo que houve concorrentes para o concurso da Rua da Cruz, estando adjudicado, mas não houve para o concurso do Aldeamento do Ilhéu. Informou que em futura reunião de câmara teriam de rever o preço e lançar o concurso novamente, eventualmente aumentando o valor. Relativamente ao veículo pesado de passageiros, informou que estava em transporte, havendo um compromisso de entrega de um mês, mês e meio, recordando que foi um compromisso que assumiram por proposta do PSD e que aceitaram integrar, de bom grado, nos seus objetivos. -----

O deputado municipal Luís Gomes, no uso da palavra que lhe foi conferido, agradeceu as palavras proferidas pela deputada municipal Sara Botelho, como agradeceu também o apoio disponibilizado pela Câmara Municipal e pela Comissão das Festas do Bom Jesus da Pedra, considerando a parceria com a comissão das festas uma simbiose benéfica para ambas as partes, na medida em que a comissão das festas usufruiu do bazar, como os valores das licenças dos feirantes se destinaram à Festa do Bom Jesus da Pedra, sendo que a Junta de Freguesia de São Miguel tirou proveito da iluminação anteriormente instalada. Agradeceu, igualmente, a participação dos deputados municipais, de partidos diferentes, que deram dicas, sugestões e colaboraram nas comemorações. -----

O deputado municipal Luís Gomes requereu um ponto de situação relativamente ao caminho de



acesso à Ermida de Nossa Senhora da Paz. -----

O presidente da Câmara Municipal referiu que as parcerias com as juntas de freguesia eram um dever recíproco, fazendo-o com gosto e reafirmando que a lealdade é a base de todos os entendimentos, acreditando que continuaria a poder formar parcerias indispensáveis para a Junta de Freguesia de São Miguel. Relativamente à obra do caminho de acesso à Ermida de Nossa Senhora da Paz, referiu ser uma situação que os preocupava, sendo que tinham, em andamento, duas soluções, uma conjuntural e outra estrutural. A solução conjuntural correspondia à aquisição de semáforos de modo a tentar minimizar os custos pessoais dos tempos de espera dos engarrafamentos que ali ocorrem. Relativamente à solução estrutural, a mesma relacionava-se com o acesso que sairá da ampliação do parque industrial, abaixo de um reservatório de água lá existente, e que fará ligação ao caminho de acesso à ermida. Mais disse que estavam a ser realizados os levantamentos topográficos indispensáveis, de modo a avançarem para aquela alternativa, logo que possível. -----

A deputada municipal lola Silva, no uso da palavra que lhe foi conferida, requereu um ponto de situação sobre a ampliação do parque industrial e um balanço da época balnear 2023. -----

O presidente da Câmara Municipal informou que a primeira fase do parque empresarial estaria concluída no fim do mês. Quanto à segunda fase, aguardavam pela abertura dos programas comunitários para lançarem a segunda fase da ampliação do parque industrial. Relativamente ao balanço da época balnear, referiu que correu bem em termos gerais, com a qualidade da água sempre excelente nas análises realizadas. No entanto, tiveram um problema complicado relacionado com a proliferação excessiva de algas, uma situação que acontecia em diversos locais do mundo e que requeria um esforço suplementar por parte dos colaboradores da câmara municipal, sendo um trabalho inglório. Mais disse que questionaria o Governo Regional sobre qual a política deste relativamente à resolução do problema, considerando que este adquiriu duas máquinas de recolha de algas para duas câmaras municipais governadas pelo PSD (Câmara Municipal da Horta e Câmara Municipal da Madalena), esperando que se tratasse de coincidências, e questionando qual a política para as outras câmaras municipais que dispunham de espaços balneares e com problemas significativos de algas, assumindo que se tratasse de uma dificuldade momentânea de não aquisição para as outras câmaras municipais e não acreditando que se tratasse de tratamentos diferenciados de forma a beneficiar algumas câmaras municipais da mesma cor partidária,



considerando que outras câmaras municipais da mesma cor política também não receberam os equipamentos referidos. Mais disse que o problema das algas os afetava, pois se não as retirassem rapidamente, ao fim de dois ou três dias estas lançavam um odor desagradável, tendo constituído o único problema que tiveram de resolver. -----

A deputada municipal Mariana Salema, no uso da palavra que lhe foi conferida, referiu que o balanço geral das festas de São João da Vila era bastante positivo, sendo que um dos maiores receios (elevado número de marchas) foi um desafio ultrapassado e bem-sucedido. Mais disse que foi o primeiro ano que tiveram a transmissão em direto pela RTP Açores na primeira noite, havendo sempre aspetos a melhorar, mas que para os que visitaram o concelho para assistir às marchas, a dinâmica da noite não foi morosa. Prosseguiu dizendo que havia aspetos a melhorar, nomeadamente a falta de pontos de venda na noite de São João na Praça Bento de Góis. Referiu saber que os comerciantes já não tinham interesse em ter os seus estabelecimentos abertos exclusivamente na noite de São João, havendo dificuldade em se garantir a existência de barracas naquela noite, acreditando que se deveria começar a equacionar algumas noites populares na Praça e deixar as grandes Noites da Juventude para o recinto das festas, de modo a se estimular o comércio local e para que diversas entidades pessoais e coletivas tenham interesse em participar nas festas, considerando a dimensão da noite. Outro aspeto a melhorar era o reduzido número de casas de banho e a existência de veículos estacionados na Praça Bento de Góis na noite de São João, sendo algo que poderia ser articulado com o executivo. Relativamente à organização do festival Bliss Vibes, referiu ser uma mais-valia para o concelho que trazia outras dinâmicas ao comércio e aos residentes. No entanto, referiu que a mobilização do parque de campismo para o Aldeamento do Ilhéu não era agradável para os moradores, sendo que lhe parecia que a localização no ano anterior era mais apropriada para o parque de campismo. -----

O presidente da Câmara Municipal referiu que concordava genericamente com a deputada Mariana Salema. Relativamente à festa de São João tiveram muita audiência, as marchas não tiveram atrasos, considerando que estes, em anos anteriores, estavam relacionados apenas com as marchas, sendo que em 2023 as reuniões preparatórias foram muito incisivas e categóricas no sentido de não haver atrasos nem repetições, tendo corrido bem. Quanto à Praça Bento de Góis, referiu que a tradição era para se respeitar, pelo que a Noite de São João seria sempre na Praça Bento de Góis. No entanto, lembrou que criaram um espaço com saneamento básico, boas



condições para restauração, entre outras, sendo que a disponibilidade das mesmas condições higiénicas não era possível apenas para uma noite (para as barracas, casas de banho), sendo por esse motivo que achava difícil multiplicar as noites em locais onde não existiam condições físicas de salubridade. Mais disse que os WCs teriam de ser do tipo portátil e que constituíam uma “imundície pegada”, por mais que tentassem controlar, pelo que não via grandes condições higiénicas, de salubridade nem de saúde pública que permitissem muitas barracas ou mais noites de animação na Praça Bento de Góis. Recordou que antes de existir o recinto das festas na Rotunda dos Frades, tiveram diversos “problemas” com a ASAE, com o Delegado de Saúde, tal como houve os mesmos problemas com as barracas da Festa do Senhor Santo Cristo dos Milagres, pois constituíam regras de higiene e de funcionamento daquele tipo de estabelecimento ocasional. Pelo exposto anteriormente, referiu que criaram um local com todas as condições para aquele fim. Relativamente ao parque de campismo do festival Bliss Vibes, referiu que concordava com a deputada Mariana Salema no sentido de ter corrido melhor em 2022 do que em 2023, e que o motivo da deslocação se relacionava com as obras de ampliação do parque industrial que não permitiram que se localizasse naquele local, como ocorreu em 2022. Mais disse que, terminadas as obras de ampliação do parque industrial, estava convencido que seria possível recuperar aquele espaço, no sentido de voltar a criar o parque de campismo na área, não incomodando as populações. -----

O deputado municipal Hélder Medeiros, relativamente à questão colocada pelo presidente da Câmara Municipal acerca de um eventual favorecimento dado a algumas câmaras municipais do PSD no que se referia à aquisição de máquinas para a recolha de algas, lembrou que o Decreto-Legislativo Regional 46/2008 A e posteriormente aditado pelo Decreto-Legislativo Regional 7/2019, instituiu o Parque Natural da Ilha do Faial, sendo que a praia do Porto Pim no Faial, uma praia icónica, era gerida pelo Governo Regional, tal como o Ilhéu de Vila Franca do Campo, a quem eram atribuídas algumas competências ao Clube Naval de Vila Franca do Campo, motivo pelo qual o Governo Regional não favoreceu nenhuma câmara municipal do PSD, nem ofereceu nada, tendo simplesmente feito um investimento naquilo que já era da sua própria responsabilidade. -----

O presidente da Câmara Municipal referiu que toda a situação constituía uma infelicidade. -----

O deputado municipal Hélder Medeiros retorquiu que a infelicidade começava pelo Presidente da Câmara Municipal. -----

O presidente da Câmara Municipal realçou que o deputado municipal Hélder Medeiros o apelidou de



“infeliz”, pelo que a presidente da Assembleia Municipal tinha o dever de o chamar à atenção, sendo que se não o fizesse as consequências seriam gravosas para todos. -----

A presidente da Assembleia Municipal referiu que as palavras, por vezes, têm pesos e medidas que podem ser ofensivas, sendo de parte a parte. -----

O presidente da Câmara Municipal referiu que não era de parte a parte, pois tinha dito que toda a situação era uma infelicidade, enquanto o deputado Hélder Medeiros disse que ele era uma infelicidade. -----

O presidente da Câmara Municipal exigiu um pedido de desculpas por parte do deputado municipal Hélder Medeiros. -----

O deputado municipal Hélder Medeiros referiu que disse que começava pelo presidente da Câmara Municipal, pois considerava uma infelicidade levantar uma suspeição de favorecimento sem saber o que estava a dizer. Prosseguiu pedindo desculpa ao presidente da câmara se este entendeu de forma criteriosamente diferente do que disse. -----

O presidente da Câmara Municipal questionou, retoricamente, se no caso da Câmara Municipal da Madalena, também se tratava de uma reserva natural. Mais disse que mencionou que existiam outras câmaras municipais do PSD que também não receberam o equipamento. -----

A deputada municipal Teresina Teixeira constatou que não era a primeira vez que assistiam a situações desagradáveis, e que era uma falta de respeito para com quem ali estava a trabalhar. -----

A presidente da Assembleia Municipal lembrou que não era juíza, mas sim presidente da Assembleia Municipal, pelo que qualquer um dos presentes tinha a palavra e o sentido democrático para se manifestar. -----

A deputada municipal Margarida Pinheiro, no uso da palavra que lhe foi conferida, questionou sobre qual o uso que dariam ao espaço do Forte do Corpo Santo. -----

O presidente da Câmara Municipal respondeu que o Forte do Corpo Santo possui alguns problemas de instabilidade visíveis, existindo uma “barriga de pressão” exercida de cima para baixo, o que fez com que a estrutura antiga sofresse compressão e desse de si. Nesse sentido, estavam a tratar da estabilização da base, tendo sido pedido um estudo prévio para ali construírem, posteriormente, um pequeno bar de apoio à praia do Corpo Santo e outros munícipes. -----

A deputada municipal Helena Ponte, no uso da palavra que lhe foi conferida, questionou para quando a abertura do próximo quadro comunitário. -----



O presidente da Câmara Municipal respondeu que o próximo quadro comunitário era uma preocupação para os autarcas micaelenses, em primeiro lugar porque ainda não estava aberto, mas também porque existia um acordo entre o Governo Regional e a AMRAA no sentido de uma verba ser adjudicada às câmaras municipais. Referiu que, aquando da última reunião que tiveram com o diretor regional responsável pelos fundos comunitários, aperceberam-se que nos anteriores quadros comunitários, havia uma verba adstrita às câmaras municipais, correspondendo a €161.800.000,00 (cento e sessenta e um milhões e oitocentos mil euros) para todas as câmaras municipais dos Açores. Em 2023, referiu que o Presidente do Governo Regional que a verba seria a mesma e não haveria discussão sobre a matéria. Prosseguiu dizendo que, na verdade, eram €160.800.000,00 (cento e sessenta milhões e oitocentos mil euros) e, daquele valor, €90.000.000,00 (noventa milhões de euros) estavam disponíveis para as câmaras municipais através de concursos, com empresas, o próprio Governo Regional, entre outros, restando apenas €70.000.000,00 (setenta milhões de euros) diretos para as câmaras municipais, tratando-se de uma matéria que colocava os autarcas bastante receosos, considerando que se os €160.000.000,00 forem em concurso para todos, calcularam a aproximação que caberia a cada câmara municipal, pelo que a Câmara Municipal de Vila Franca do Campo subiu de €7.700.000,00 para €8.500.000,00 de fundos comunitários, derivado do FEF (a distribuição do dinheiro do Orçamento de Estado às várias câmaras municipais e às juntas de freguesia) que tinha em conta três itens: a) número da habitantes; b) área e c) atividade económica. Mais disse que aumentaram algumas centenas de milhares de euros no FEF, não devido à população até porque houve uma diminuição, nem devido à área geográfica, mas sim devido a um reforço da atividade económica no concelho, o que se refletiu num aumento dos fundos comunitários. Prosseguiu dizendo que se não puderem concorrer aos €8.500.000,00, terão dificuldades para executar várias das obras que têm planeadas. Informou que o projeto do saneamento básico estava concluído e orçado em cerca de €9.000.000,00 (nove milhões de euros), tendo pedido ao projetista que o fizesse em duas fases, pois não seria possível executar os €8.500.000,00, considerando que ainda tinham de concluir a ampliação do parque industrial (cerca de dois milhões de euros), motivo para ter pedido que fizesse uma alteração no projeto do saneamento básico, dividindo em duas fases, ficando a primeira fase com €6.000.000,00 de modo a concluírem a ampliação do parque industrial. Prosseguiu dizendo que esperava que a situação se resolvesse em reuniões futuras da AMRAA com o Governo Regional, no que respeitava aos



quantitativos que compete a cada câmara municipal executar, mas observava com preocupação a execução do próximo quadro comunitário de apoio pelas razões apontadas anteriormente, mas também pelas verbas alocadas a saneamento básico não serem suficientes para os investimentos que ele e seus colegas têm previstos para aquela área. -----

O deputado municipal Emanuel Santos, no uso da palavra que lhe foi conferido, agradeceu ao presidente da Junta de Freguesia de Ponta Garça pela continuidade da descentralização das reuniões da Assembleia Municipal. Tendo como base o relatório entregue aos presentes na reunião, constatou que, relativamente à Rua da Cruz, surgia no relatório que a obra já tinha sido adjudicada a uma empresa, em agosto, tendo um prazo de execução de sessenta dias, questionando para quando o início das obras, pois tendo um prazo de sessenta dias, posteriormente seria necessário uma coordenação, considerando que a referida via é de sentido único, não tendo saída para norte, sendo necessário avisar as populações que a rua estará interrompida nos dias das obras. Seguidamente, no que se referia ao abatimento na zona da praia do Degredo, referiu que o relatório mencionava que o Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC) já tinha feito estudos, concluindo que a situação não era grave, mas, no entanto, era necessário repavimentar o pavimento devido à existência de um declive de 40-50 cm que tem causado prejuízos nalguns veículos. Por fim, requereu um ponto de situação relativamente à conservação das 35 casas do Loteamento da Lombinha em Água d'Alto, estando algumas em mau estado. -----

Relativamente à Rua da Cruz, o presidente da Câmara Municipal referiu que o contrato tinha sido assinado no dia 24 de agosto, havendo démarches necessárias relacionadas com o plano de segurança, o programa de trabalhos, estando adjudicado ao fiscal da obra, esperando que os formalismos fossem entregues a curto prazo e acreditando que a obra se iniciaria no início de outubro seguinte. Realçou que, do facto, haveria condicionamentos à circulação automóvel na Rua da Cruz entre os meses de outubro e novembro. No que respeitava à praia do Degredo, pediram ao LREC que fizesse um parecer, tendo-se deslocado ao local em duas ocasiões, sendo que tiraram conclusões aquando da primeira visita e complementaram quando realizaram a segunda visita, tendo concluído que a compactação não tinha sido a adequada para aquela situação, estando agora em condições de encomendar o caderno de encargos, tendo em consideração o parecer do LREC, de modo a lançarem a obra relativa à correção do desnível existente. Quanto à conservação das 35 moradias do Aldeamento da Lombinha, informou que foi necessário realizar um levantamento



individual das necessidades de cada casa, estando em fase de quantificar o levantamento. Terminou lembrando que a conservação do parque habitacional de Vila Franca do Campo fazia parte da Estratégia Local de Habitação, pelo que previam lançar o concurso, a curto prazo, nos termos do programa existente para a beneficiação das habitações sociais que são propriedade da Câmara Municipal. -----

O deputado municipal Rui Amaral constatou que observava no relatório a existência de um projeto para a ampliação do cemitério de Ponta Garça (primeira fase), com prazo de execução de seis meses e que seria deliberado em reunião de câmara no dia seguinte. Questionou se seria efetivado em reunião de câmara no dia seguinte e em que consistiria a primeira fase. -----

O presidente da Câmara Municipal recordou que tinham uma inscrição no orçamento da câmara com o valor de €60.000,00 (sessenta mil euros) destinado a obras e trabalhos no cemitério de Ponta Garça, sendo que encomendaram o projeto com determinadas características e foi-lhes entregue um com o valor de €350.000,00 (trezentos e cinquenta mil euros), ou seja, sem possibilidade de cabimento para o presente ano. Assim, referiu que iriam efetuar a obra em duas fases, tendo já dotado o orçamento, na última reunião de câmara, com mais €100.000,00 (cem mil euros) destinados à primeira fase. Mais disse que o relatório foi redigido no dia 13 de setembro, pelo que a ideia era que o caderno de encargos estivesse concluído a tempo da reunião de câmara que ocorreria no dia seguinte, algo que não iria acontecer por não estar concluído, embora já estivesse na reunião seguinte. -----

A deputada municipal Mariana Salema interveio defendendo a criação de uma associação que ficaria responsável pela organização da festa de São João da Vila, achando que as questões abordadas deveriam ser discutidas com as pessoas, cabendo a estas decidir as questões que referiu antes. Prosseguiu lembrando que as festas se prolongam por diversos dias, não existindo uma adesão significativa todos os dias, sendo que existem eventos que, pela sua natureza, seriam mais acolhedores se fossem realizadas na Praça Bento de Góis, como a noite de fados, o que ajudaria a envolver mais a comunidade local e a ajudar o comércio local. Repetiu que aquele tipo de decisões deveria caber às populações e que a organização da festa deveria ser repensada. -----

A deputada municipal Teresina Teixeira referiu que se pretendessem feedback realista da opinião pública, não aconselhava uma comissão, mas sim a realização de inquéritos porta a porta. -----



- Período aberto à intervenção do público

O senhor José de Melo, no uso da palavra que lhe foi conferido, referiu que o assunto sobre os acessos à orla costeira tinha sido abordado algumas vezes nas reuniões de assembleia de freguesia, sendo que tinham perdido o acesso à praia da Amora, estando mesmo um sinal de proibição de circulação naquela zona. No entanto, continuava a existir sinalética na freguesia que informava sobre a existência da praia, o que criava situações desagradáveis para os turistas que, ao lá chegarem, se deparavam com um sinal de proibição de circulação. Mencionou igualmente os acessos degradados ao calhau, desconhecendo se era competência das juntas de freguesia ou das câmaras municipais. -----

Relativamente ao acesso para a praia da Amora, o presidente da câmara respondeu que efetuaram uma vistoria, durante o mandato anterior, entre a Câmara Municipal e a Secretaria do Ambiente e, na sequência da visita conjunta, tinham concluído que o acesso era perigoso e colocava em risco a passagem de pessoas, havendo mesmo zonas em que a pessoa, para passar, tinha de se encostar à parede de cascalho e com um precipício atrás, sendo que uma obra em tais circunstâncias era muito desaconselhada. Mais disse ser difícil alargar a estrutura do terreno devido às paredes serem de cascalho, que não permite uma passagem segura, pelo que tinham decidido proibir o acesso. Referiu que falaram na possibilidade de túneis, mas a Secretaria do Ambiente não se manifestou disponível, nem para abordar o tema ou fazer alguma proposta. Recordou que o acesso ao mar se faz através de propriedades privadas, como é o caso do acesso à praia da Amora, pelo que a conservação do acesso privado não é da responsabilidade das entidades públicas, ou seja, a situação continha características próprias de alguma dificuldade na solução. Referiu que não era competência nem da Junta de Freguesia nem da Câmara Municipal, mas sim do Governo Regional, por se tratar de encostas e arribas, mas só se fossem públicas. Não o sendo, se ocorrer uma quebrada, não podia ordenar ao proprietário que recuperasse, sendo uma matéria de difícil solução. Concordou com a desinformação existente, achando que se deveria informar que o acesso só era possível pelo mar e que, no caso de algum acidente, a responsabilidade seria de cada um. -----

O senhor José de Melo pediu que se retirasse a sinalética existente na rua informando sobre a existência da praia. -----

O presidente repetiu que a informação estava desatualizada e necessitava de ser atualizada, achando que a pergunta era para criar ruído desnecessário. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM – I. N.º 7155/2023 – INFORMAÇÃO – ATIVIDADE MUNICIPAL (CAMARÁRIA) E RELATÓRIO FINANCEIRO -----

Pela Presidente da Assembleia Municipal foi presente à sessão informação sobre a



atividade municipal (camarária) e relatório financeiro, nos termos da alínea) do n.º 2 do art.º 25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro: -----

“Empreitada de Construção do Parque Empresarial de Vila Franca do Campo - 1.ª Fase
Esta empreitada termina no final do presente mês. Estão a ser concluídas as restantes terraplanagens e a consolidação dos taludes a sul. -----

Empreitada de Construção do Parque Empresarial de Vila Franca do Campo - 2.ª Fase
Projeto já está elaborado e aguarda a abertura dos Fundos Comunitários para ser lançado o respetivo procedimento concursal. -----

Empreitada de Estabilização da Encosta nas Praias do Corpo Santo e Calhau das Dias
A empreitada encontra-se na fase final de execução. Encontram-se a decorrer pequenas obras relativas à pavimentação, passeios e conclusão dos muros. -----

Empreitada de Construção do Parque de Estacionamento da Rua Nova - Freguesia da Ribeira Seca -----

Esta obra teve início em 8 de agosto de 2023 com prazo de execução de 240 dias. Presentemente tem cerca de 23% de execução e decorre a bom ritmo. -----

Remodelação e Modernização no Mercado Agrícola Municipal de Vila Franca do Campo -----

Já foi executado cerca de 45% da empreitada, o que corresponde a cerca de 250 000€ de faturação. Está a ser colocada a cobertura e calçada interior. -----

Repavimentação da Rua da Cruz - Freguesia de Água d'Alto -----

No dia 11 de agosto foi adjudicada à empresa Marques SA a empreitada da Repavimentação da Rua da Cruz no valor de 98 526,46€. O início da obra está previsto para setembro/outubro com um prazo de execução de 60 dias. -----

Parque Recreativo e Lazer do Aldeamento/Água d'Alto -----

A empreitada iniciou-se em junho com um total de investimento de 60 000€, aproximadamente. -----

Recuperação de Caminhos agrícolas (Efeitos Tempestade Óscar) -----

Estão a decorrer em várias freguesias trabalhos de recuperação de caminhos agrícolas danificados pela passagem da Tempestade Óscar. -----

Bolsas Estudo -----

No dia 31 de agosto abriram as candidaturas para as bolas de estudo e terminam aquando das últimas candidaturas ao ensino superior. -----

Projeto Execução dos Sistemas Elevatórios e da Estação de Tratamento de Águas Residuais das Freguesias de Água d'Alto, São Pedro, São Miguel, Ribeira Seca e Ribeira das Tainhas -----

Projeto concluído. Aguarda a abertura dos Fundos Comunitários para ser lançado o concurso público. -----

Habitação Degradada - Apoio Municipal à Reabilitação Degradada -----

No período de candidatura, aberto em maio, aprovou-se 11 candidaturas no valor de 33



961,88€. Transitaram para o ano seguinte 13 candidaturas no valor 46 408,10€. -----
PRR (Programa de Recuperação e Resiliência) -----
Foram adquiridas 3 moradias no valor total 295 000,00€. -----
Apartamentos Foros Pão do Vigário /Construção -----
A empreitada tem um valor de 3 013 000,00€ com um prazo de execução de 18 meses. No dia 26 de setembro termina o prazo para entrega de propostas, procedendo-se à abertura das mesmas no dia 27/09/2023. -----
Candidatura para a construção de 2 blocos de apartamentos com 28 habitações sociais, dos quais 21 na tipologia de T2 e 7 na tipologia de T3, sita na Rua pão do Vigário. Obteve financiamento do PRR, no montante total de 3.874.840.34€, que inclui as despesas de projetos de arquitetura e especialidades; construção; fiscalização; certificados energéticos e atos e registos notariais. -----
Aquisição -----
2 candidaturas aprovadas: -----
Aquisição de 1 fogo, tipologia T3, em Ponta Garça, Cancela do Ferreira, 43. Aprovada, a 100% pelo PRR, pelo valor de 75.598.00€ (75.000.00€ da aquisição e 598.00€ dos atos e registos notariais). -----
Foram recebidos 71.818.10€ do valor total. 5% em falta, liquidados após apresentação do relatório final. -----
Aquisição de 1 fogo, tipologia T4, em Ponta Garça, Rua Nossa Senhora das Mercês,3. Aprovada, a 100% pelo PRR, pelo valor de 116.155.98€. (115.000.00€ da aquisição e 1.155.98€ dos atos e registos notariais). -----
Foi apresentado o pedido de pagamento a 11 setembro 2023, aguardando a sua validação. Com estas duas aquisições foi possível atribuir, a dois agregados familiares, uma habitação condigna e adequada às suas necessidades e dimensão. Tratou-se de dois casais com filhos. Um com cinco filhos e o outro com um casal de filhos. -----
Aquisição e Reabilitação de Habitações -----
Candidatura em fase de elaboração, aguardando o orçamento para a reabilitação. Foi efetuada a aquisição de 1 fogo, tipologia T3, na Ribeira Seca, Rua da Cruz à Ribeira, 11 pelo valor de 105.000.00€, acrescido de 938.25€ dos atos e registos notariais. -----
Reabilitação -----
— Reabilitação de 1 fogo, tipologia TI, na Ribeira Seca, Rua Nova, 36. Candidatura aprovada, a 100% pelo PRR, no valor de 17.444.05€. -----
Foram recebidos 16.354.37€ do valor total. Em falta 5%, liquidados após apresentação do relatório final. -----
Reabilitação de 1 fogo, tipologia TI, em Água D'Alto — Travessa Nova, 11. Candidatura aprovada, a 100% pelo PRR, no valor de 28.001.48€ -----
Apresentado pedido de pagamento em final de junho 2023, aguardando a sua validação
Na reabilitação, está em fase de elaboração duas candidaturas: -----



-Reabilitação de 1 fogo, convertido em 2 frações de T1 e T3, em Ponta Garça — Rua do Meio Moio. Posto a concurso público a obra, não se verificou qualquer interessado. Está a ser elaborado novo procedimento para novo concurso público. Trata-se de uma obra no montante de 204.000.00€ que será acrescido os custos da fiscalização e certificados energéticos. -----

Reabilitação de 1 fogo, tipologia T3, em Água D'Alto - Rua Império dos Inocentes, 10. Está a decorrer o procedimento por Ajuste Direto para que se possa concluir a candidatura. Trata-se de uma reabilitação no valor de 37.400,00€ acrescido de 948.00€, mais 18% IVA, da fiscalização e certificados energéticos no valor de 790.00€, acrescido de 16% IVA. -----

Parque de Estacionamento do Degredo - Condições de Estabilidade -----

A Câmara Municipal solicitou ao Laboratório Regional de Engenharia Civil (17-05-2023), um parecer sobre as condições de estabilidade do parque de estacionamento da praia do Degredo, situado no término da rua Prof. Laura Araújo Pimentel, na freguesia de Água de Alto, concelho de Vila Franca do Campo, ilha de S. Miguel. Foram feitas duas vistorias técnicas: 1 e 28 de junho. O relatório final do LREC considera que o efeito despoletador terá sido um período de pluviosidade mais intensa ocorrido em 2019, no qual as águas infiltradas na bacia hidrográfica da Ribeira do Calhau, percolando subterraneamente pelo seu antigo leito, acabaram sendo conduzidas até ao corpo do aterro construído sob o parque de estacionamento. -----

Contudo, e segundo o relatório, julga-se que a causa primária do sucedido, que se constitui como elemento de predisposição essencial para aquela ocorrência, foi a inadequada compactação do aterro que serve de fundação ao pavimento. Com efeito, caso a execução do aterro (compactação) tivesse sido devidamente controlada, o abatimento observado não teria ocorrido. -----

Será efetuada a reparação daquela zona, conforme as orientações do relatório do LREC. -

Ampliação do Cemitério de Ponta Garça -----

Foi entregue no dia 13/09/2023 o Projeto Final para a execução da 1.ª fase da empreitada. Tem um prazo de execução de 6 meses. Será levado à reunião camarária de 27/09/2009 e, posteriormente remetido para a Assembleia Municipal para autorização dos Compromissos Plurianuais. -----

Ampliação Parque Estacionamento/Rua Vila do Porto -----

Projeto concluído e em condições de ser lançado o procedimento concursal. -----

Parque Estacionamento Rua das Hortas. -----

Gabinete Técnico da Câmara Municipal está a desenvolver o projeto de arquitetura”. --

O presidente da câmara informou que a obra do mercado municipal estava relativamente atrasada, assim como os subempreiteiros da obra da praia do Corpo Santo se atrasaram para concluir a rua e os muros, estando em vias de ser resolvido. No que se referia à candidatura para elaboração do edifício de habitação dos 29 fogos candidatos ao PRR, tinham recebido a notícia que o concurso não tinha tido candidatos, devido a estes acharem que o valor não



se enquadrava na proposta, tendo pedido ao engenheiro que retificasse. Mais disse que havia muita falta de mão de obra em todo o lado, pelo que os empreiteiros se defendiam daquela forma, motivo que os levou a rever o valor e a relançar o concurso. -----

O deputado municipal Alexandre Duarte chamou a atenção para o documento, nomeadamente para uma candidatura cujo valor estava em falta. -----

A presidente da Assembleia Municipal informou que, por lapso, a folha com o valor correto não tinha sido distribuída anteriormente, tendo-a distribuído naquele momento. -----

O presidente da Câmara Municipal informou que o lapso tinha sido da sua responsabilidade e que o valor era de €32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos euros). -----

O deputado municipal Rui Amaral referiu ser um agrado verificar a aquisição e reabilitação de três habitações, já consignadas, questionando quais seriam os critérios futuros para a entrega, considerando que a Junta de Freguesia era sempre a “primeira porta” onde as populações pediam informações e esclarecimentos, sendo o tema da Habitação um assunto recorrente. -----

O presidente da câmara informou que, em primeiro lugar, a pessoa tinha de se inscrever, quer na Câmara Municipal quer na Direção Regional da Habitação. Posteriormente aplicavam um regulamento, com diversas características e condições. Prosseguiu explicando que consideravam, em primeiro lugar, a tipologia da habitação e o agregado familiar (um T3 não podia ser atribuído a uma pessoa solteira, por exemplo). Seguidamente consideravam as condições financeiras dos candidatos, nomeadamente ao nível de carências económicas, sendo que todo o processo era avaliado por uma equipa técnica do qual não fazia parte. Mais disse achar que o regulamento era uma cópia do regulamento utilizado pelo Governo Regional. Quanto ao facto de as juntas de freguesia não serem consultadas, explicou que, por vezes, tinham de colocar um agregado familiar em Ponta Garça, que não era de Ponta Garça, não vendo motivo de consultar o presidente da Junta de Freguesia de Ponta Garça para discutirem sobre um cidadão que não é originário da freguesia. Para além disso a atribuição obedece a critérios técnicos, sendo que eles (dirigentes) estavam mais habituados a critérios subjetivos, enquanto os técnicos avaliavam de forma desapaixonada. -----

O deputado municipal Rui Santos, no uso da palavra que lhe foi conferido, agradeceu pelo início das obras do parque de estacionamento na Rua Nova, estando a decorrer a um excelente ritmo. -----

O presidente da câmara informou que a obra em questão era a única que estava adiantada, sendo uma situação inédita desde que era presidente da Câmara Municipal, sendo o empreiteiro o senhor Albano Vieira da Ribeira Grande. -----

O deputado municipal Bruno Machado, no uso da palavra que lhe foi conferido, considerando a temática da habitação degradada, observava (no relatório) que tinham sido aprovadas onze candidaturas e transitaram treze para o ano seguinte. Questionou se as candidaturas tinham de se voltar a inscrever ou se seriam analisadas no ano seguinte. -----



O presidente da câmara respondeu que eram consideradas no ano seguinte, acreditando que seria uma das rubricas que teria de ser aumentada face à procura, não existindo aquele cabimento orçamental em 2023. -----

O deputado municipal Luís Gomes, considerando que a Câmara Municipal já era proprietária do destaque do terreno na Rua das Hortas (futuro parque de estacionamento), questionou se o muro constituía algum perigo para as pessoas e, se sim, se havia possibilidade de alguma máquina rampear o muro, enquanto aguardavam a parte arquitetónica do projeto. -----

O presidente da câmara informou que não iriam desmanchar o muro porque a obra se iniciaria a curto prazo. Mais disse que iriam construir os dois parques de estacionamento em simultâneo (Rua das Hortas e Rua Vila do Porto), que iriam lançar concurso convidando três entidades, sendo que seria um prazo curto por não ser tecnicamente exigente, sendo que a única complexidade até ao momento se relacionava com o volume de terra a movimentar. Mais disse que se tirassem o muro tinham de tapar a parte da quinta localizada acima, não achando adequado. Repetiu que estava convencido que em breve iniciariam as duas obras. -----

PONTO DOIS – E. N.º 7445/2023 – INFORMAÇÃO – XXVI CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES: CONVOCATÓRIA -----

A presidente da Assembleia Municipal informou que no dia 30 de setembro se iria realizar o XXVI Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses, tendo sido convocados a presidente da Assembleia e o representante dos presidentes das juntas de freguesia, nomeadamente, o deputado municipal Rui Amaral. -----

PONTO TRÊS – I. N.º 9332/2023 – PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E ACORDOS DE EXECUÇÃO 2023 – JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO PEDRO

Pela presidente da Assembleia Municipal foi introduzida a seguinte proposta de deliberação: -----

“Considerando que: -----

Os municípios e as freguesias têm por atribuições a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, cuja prossecução articulam entre si, com respeito pelos princípios da descentralização administrativa, da subsidiariedade, da complementaridade, da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos, podendo, para o efeito, recorrer à delegação de competências (cfr. artigos 4.º, 7.º, n.º 1, 23.º, n.º 1 e 117.º, n.º 1 dos regimes jurídicos das autarquias locais e da delegação de competências dos órgãos dos municípios nos órgãos das freguesias, aprovados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); -----

Para efeitos de prossecução articulada das respetivas atribuições, os órgãos dos municípios podem, assim, delegar competências nos órgãos das freguesias, visando, nomeadamente, a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis (cfr. artigos 117.º, n.º 2 e 118.º); -----



A delegação de competências dos municípios nas freguesias concretiza-se através da celebração de contratos interadministrativos, em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial, no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais (cfr. artigos 119.º, 120.º, n.º 1 e 131.º); -----

Razões de eficácia, eficiência e proximidade de administração, justificam que a Câmara Municipal delegue na Freguesia de São Pedro as competências municipais e respetivos suportes financeiros referentes à realização de trabalhos de limpezas/manutenção em determinadas zonas do Jardim Dr. António da Silva Cabral, sob a forma de contrato interadministrativo nos termos legais; -----

Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delegue/transfira para a Junta de Freguesia de São Pedro tais competências, nos termos que melhor constam do contrato interadministrativo em anexo à presente proposta de deliberação”. -----

O deputado municipal Flávio Pacheco, no uso da palavra que lhe foi conferido, informou que solicitaram um pedido do reforço de delegação de competências. Prosseguiu explicando que a Junta de Freguesia de São Pedro construiu um campo de Padel em conjunto com a Câmara Municipal através de acordos de execução, assim como estava a decorrer uma obra que estavam a executar no Jardim António da Silva Cabral, que iria ficar dotado de uma casa de banho adaptada, com regularização do piso, uma nova zona de lazer e melhorias no campo de croquet. Referiu que ocorreram atos de vandalismo na freguesia, nomeadamente no baloiço infantil e no baloiço do Miradouro do Tanque, o que trouxe custos acrescidos que não estavam contemplados no projeto, motivo pelo qual solicitavam o reforço na delegação de competências, de modo a poderem efetuar trabalhos de limpeza, ajardinamentos, entre outros. -----

Colocada à votação a proposta de deliberação, foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO QUATRO – I. N.º 6909/2023 – INFORMAÇÃO – RELATÓRIO N.º 02/2023 – FS/SRATC – AUDITORIA À REFORMA DO SETOR EMPRESARIAL E DAS PARTICIPAÇÕES LOCAIS DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES -----

Pela presidente da Assembleia Municipal foi presente à sessão documentação sobre a Auditoria à Reforma do Setor Empresarial e das Participações Locais dos Municípios da Região Autónoma dos Açores: -----

“Ao abrigo do disposto na alínea o) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, apresenta-se à Câmara Municipal, para seu conhecimento e posterior envio à Assembleia Municipal para o mesmo efeito, o Relatório n.º 02/2023 – FS/SRATC, resultante da auditoria à reforma do sector empresarial e das participações locais dos Municípios da nossa Região, realizada pelo Tribunal de Contas”. -----

O presidente da Câmara Municipal informou que o Tribunal de Contas tinha efetuado uma auditoria a todas as câmaras municipais no sentido de verificar se as internalizações das empresas tinham obedecido aos termos legais, sendo que não tiveram nada a apontar para a Câmara Municipal de



Vila Franca do Campo, estando concluído o processo de internalização das empresas. -----

PONTO CINCO – I. N.º 9697/2023 – PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO – NOMEAÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS GRUPOS MUNICIPAIS, COM ASSENTO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO -----

Pela presidente da Assembleia Municipal foi introduzida a seguinte proposta de deliberação: -----

“Considerando: -----

- as competências da autarquia em matéria rodoviária, designadamente no âmbito da gestão das vias rodoviárias municipais; -----

- que o crescimento das áreas urbanas do concelho e respetivo aumento de veículos em circulação, impõe em matéria de sinalização rodoviária, um tratamento cuidadoso e integrado da mesma que permita de forma equilibrada satisfazer os interesses públicos urbanísticos, a qualidade de vida dos municípios, a sua segurança e a dos utilizadores das vias rodoviárias; -----

- que tendo por base esse enquadramento, através da deliberação da Câmara Municipal com o n.º 1/2014, de 2 de janeiro de 2014, aprovada pela Assembleia Municipal na sessão de 27 de fevereiro de 2014, foi criada a Comissão Municipal de Trânsito, órgão consultivo do executivo municipal, a quem compete todas as questões em matéria de trânsito e sinalização das vias rodoviárias do concelho; -----

- que, em conformidade com a referida deliberação da Câmara Municipal, a Comissão de trânsito do Município é constituída, entre outros, por um representante de cada um dos grupos municipais com assento na Assembleia Municipal; -----

Propõe-se que se proceda à nomeação de dois membros, sendo cada um deles representante do respetivo grupo municipal, com assento na Assembleia Municipal, para integrarem a Comissão Municipal de Trânsito”. -----

A presidente da Assembleia Municipal reiterou os nomeados para a Comissão Municipal de Trânsito, nomeadamente os deputados municipais Bruno Paiva e Teresina Teixeira. -----

PONTO SEIS – I. N.º 9347/2023 – PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA FAVORÁVEL À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS (PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA C) DO N.1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO) – CONCURSO PÚBLICO – EMPREITADA DE “RECUPERAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE MORADIA A DOIS FOGOS – RUA CARREIRA MEIO MOIO, N.º 16 – PONTA GARÇA – VILA FRANCA DO CAMPO” -----

Pela presidente da Assembleia Municipal foi introduzida a seguinte proposta de deliberação: -----

“Considerando que: -----

a) importa dar início a um novo procedimento com vista à realização da empreitada de obra pública intitulada “Empreitada de Recuperação e Adaptação de Moradia a Dois Fogos – Rua Carreira Meio Moio, n.º 16 – Ponta Garça – Vila Franca do Campo”, uma vez que não foram apresentadas propostas no âmbito do procedimento de concurso público anterior, e por se manter a necessidade



de dotar a moradia em causa de melhores condições de habitabilidade, assegurando um maior conforto e segurança de dois agregados familiares; -----

b) constitui, assim, pretensão da Autarquia desencadear novo concurso público, por ser este o procedimento contratual adequado à concretização dos objetivos delineados, respeitando a tramitação legalmente prevista em matéria de contratação pública; -----

c) em face dos constantes aumentos do custo de construção, com que atualmente nos deparamos, a execução da referida empreitada terá o custo estimado de 204.000,00€ (duzentos e quatro mil euros), sendo este o preço base do novo procedimento concursal a lançar e a constar das respetivas peças; -----

d) por outro lado, prevê-se ainda que o prazo de execução da obra pública em causa terá a duração de 8 (oito) meses), pelo que mesmo que seja dado início ao procedimento do concurso público ainda no decorrer do corrente ano, em face da altura do ano em que nos encontramos, certamente transitará para 2024, verificando-se, assim, que a despesa em causa é plurianual; -----

e) de acordo com o estatuído na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação (LCPA – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas) a assunção de compromissos plurianuais, “independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas” está sujeita, no que às entidades da administração local respeita, a autorização prévia da Assembleia Municipal; -----

f) importa solicitar a referida autorização prévia à Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, dado que parte do citado normativo foi revogada pela Lei dos Compromissos (artigo 13.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro); -----

Nos termos e com os fundamentos supra expostos, e ainda ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, propõe-se à Câmara Municipal: -----

1 - Que delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal a proposta para que este órgão emita autorização prévia favorável à assunção do compromisso plurianual pela Câmara Municipal resultante do encargo a suportar com o procedimento de concurso público para a execução da Empreitada de Recuperação e Adaptação de Moradia a Dois Fogos – Rua Carreira Meio Moio, n.º 16 – Ponta Garça – Vila Franca do Campo, e que se estima em 204.000,00€ (duzentos e quatro mil euros), com o prazo de execução previsto de 8 (oito) meses; -----

2 - E que delibere, ainda, a Câmara Municipal que, com a emissão da autorização prévia favorável à assunção do referido compromisso pelo órgão deliberativo, prestará informação regular à Assembleia Municipal, da qual conste o compromisso plurianual assumido ao abrigo da autorização prévia objeto da presente proposta de deliberação”. -----

O presidente da câmara explicou que se tratava de mais uma situação cujo valor foi inferior, não correspondendo às expetativas, causando atraso e a necessidade de um novo concurso, mas, devido ao tempo necessário que passaria o ano civil, era necessária autorização para efetuar o contrato. -----



Colocada à votação a proposta de deliberação, foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO SETE – I. N.º 8071/2023 – INFORMAÇÃO – RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO TRIMESTRAL DO PROGRAMA DE AJUSTAMENTO DO MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DO CAMPO 2.º TRIMESTRE 2023 E ACUMULADO -----

Pela presidente da Assembleia Municipal foi presente à sessão o Relatório de Monitorização Trimestral do Programa de Ajustamento do Município de Vila Franca do Campo 2.º Trimestre 2023 e Acumulado: -----

“Em cumprimento do disposto na cláusula n.º 6 do contrato celebrado a 11/10/2019 com o Fundo de Apoio Municipal, visado pela Seção Regional do Tribunal de Contas em 5/12/2019, junto envio o relatório respeitante ao 2.º trimestre do ano de 2023, para efeitos de agendamento na próxima reunião camarária para conhecimento e submeter à Assembleia Municipal para o mesmo fim”. -----

O presidente da câmara referiu que cumpriram com as regras a que estavam obrigados com o credor (FAM), sendo que a expectativa era que continuaria a correr bem. Mais disse que a única previsão cujas expectativas tinham sido ultrapassadas relacionavam-se com a receita, tendo conseguido ter uma receita superior à que estava prevista, o que permitia que gastassem mais um pouco. Terminou informando que tentariam melhorar algumas rubricas, derivado do aumento da receita. -----

PONTO OITO – I. N.º 8573/2023 – INFORMAÇÃO FINANCEIRA SEMESTRAL – 2023 -----

Pela presidente da Assembleia Municipal foi presente à sessão documentação relativa à Informação Financeira Semestral – 2023: -----

“Conforme determina o artigo 77.º n.º 2 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro o auditor externo responsável pela certificação legal das contas, remete semestralmente ao órgão executivo informação sobre a respetiva situação económica e financeira do Município. -----

Face ao exposto, envio o documento relacionado com o assunto em epígrafe para efeitos de conhecimento, remetendo posteriormente ao órgão deliberativo para o mesmo fim”. -----

O presidente da câmara informou que tinham tido uma receita excecional com o IMT (Imposto Municipal das Transações). Mais disse que a atividade económica era empolgante, mas que infelizmente se refletia nos elevados aumentos dos valores dos imóveis e consequentemente nas contas da Câmara Municipal. Referiu que a previsão de receita de impostos diretos para o ano inteiro tinha sido ultrapassada no primeiro semestre do ano. Alertou, no entanto, para que não se assumisse que a Câmara Municipal estava rica, considerando que não estava a falar de milhões de euros, mas sim de algumas centenas de milhares de euros. Recordou que teriam obras desafiantes no futuro (como o saneamento básico de Água d’Alto à Ribeira das Tainhas e que iria necessitar de oito milhões de euros, pelo que implicaria alguma capacidade financeira, considerando ainda as revisões excecionais de preços (como no caso da ampliação do parque industrial com mais de €300.00,00), como estariam em apuros se não tivessem feito reservas para as intempéries que surgiam de tempos a tempos, como fosse a alta significativa dos custos da construção civil que



fizeram com que três dos projetos não tivessem tido concorrentes, sendo necessário rever os valores em alta. -----

Não havendo outros assuntos a tratar e sendo vinte e uma hora e quarenta e cinco minutos, a senhora presidente da assembleia, Eugénia Leal, declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se elaborou a presente ata que eu, Bruno Miguel Arruda Machado, secretário da Mesa da Assembleia, mandei escrever e subscrevo. -----

Declaro ainda que a presente ata contém vinte e seis folhas. -----

O 1.ª Secretário